

DOI: [10.46943/VIII.CONEDU.2022.GT21.019](https://doi.org/10.46943/VIII.CONEDU.2022.GT21.019)

## DA DESCONFIANÇA AO ÓDIO: INTERPRETANDO A VULNERABILIDADE DO ENSINO DE SOCIOLOGIA NO CURRÍCULO DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO BRASIL

Fabrizio de Sousa Sampaio

Doutor em Ciências Sociais pela UFRN. Professor EBTT de Sociologia do IFMA- Campus Araiões. Professor do Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica – PROFEPT/IFMA/Monte Castelo. E-mail: [fabrizio.sampaio@ifma.edu.br](mailto:fabrizio.sampaio@ifma.edu.br).

### RESUMO

A intermitência curricular do ensino de Sociologia na educação básica é um efeito da desconfiança social e medo em relação às potencialidades críticas que esta disciplina possui no estranhamento e na desnaturalização das estruturas de dominação e exclusão vigentes em determinados períodos históricos. No atual cenário de proliferação de negacionismos, anticientificismos e neofascismos, podemos identificar uma passagem da desconfiança e medo para a disseminação de um ódio politicamente organizado em relação ao ensino de Sociologia? Este artigo de discussão teórica objetiva responder esta pergunta ao passo que sugere identificar as marcas contemporâneas da política de ódio contra a Sociologia tomando como referência a problematização da questão histórica curricular sobre a “utilidade” deste componente para a formação escolar discente. A busca pela explicitação do valor formativo da Sociologia não apenas corrobora para o seu reconhecimento diante de sua luta pela sobrevivência curricular, mas também pode ser representar um contexto retórico que maximizará a vulnerabilidade desta disciplina.

**Palavras-chave:** Desconfiança. Ódio. ensino de Sociologia. Vulnerabilidade. educação básica.

## INTRODUÇÃO

A Sociologia se preocupa, geralmente, em compreender a relação entre a sociedade, os indivíduos e o meio ambiente, desvendando os sistemas de dominação, os conflitos, as coerções os discursos, os interesses veiculados etc. Ela possibilita que o(a)s indivíduos compreendam que suas biografias estão relacionadas com as outras biografias e afetadas pelas estruturas sociais (BODART; FEIJÓ, 2020).

A sociologia no Brasil, enquanto componente curricular na educação básica, é marcada historicamente pela desconfiança, intermitência e medo quando a sua presença foi possibilitada no cotidiano escolar. Estas reações sociais não apenas eram/são vinculadas às classes dominantes, mas também à maioria da população brasileira, principalmente devido à potencialidade crítica que esta disciplina pode fomentar no processo formativo como um todo e, por consequência, engendrar transformações sociais.

As Ciências Humanas e Sociais, basicamente, representaram os principais alvos históricos das reformas educacionais no Brasil. A reintrodução da disciplina de Sociologia no currículo da educação básica em 2008, anteriormente como disciplina obrigatória entre 1925 e 1942 (BODART; AZEVEDO; TAVARES, 2020) e a tensão recente sobre a possível mitigação ou exclusão desta disciplina, no âmbito das reformas curriculares dos Estados e municípios, devido ao ajuste com a reforma do ensino médio, constituem duas situações que ratificam a instabilidade, ou melhor, a condição precária e vulnerabilidade curricular da Sociologia na educação básica. Agora, na versão de “estudos e práticas”, os conhecimentos sociológicos estão dependendo de lutas localizadas por suas permanências na formação educacional brasileira.

Atualmente, na sociedade brasileira, presenciamos a disseminação de discursos negacionistas, anticientíficos, moralistas e neofascistas. Tais discursos inundam as redes sociais hegemônicas no país, atacando principalmente temáticas e sujeitos vinculados aos direitos humanos, às diversidades sociais, culturais, sexuais, religiosas, partidárias e à legitimidade e potência do pensamento crítico. Neste contexto, a disciplina Sociologia, por possibilitar o desenvolvimento crítico acerca das relações sociais contemporâneas

pode, inclusive, suscitar o ódio. Neste contexto, será que podemos identificar uma passagem da desconfiança ao ódio em relação à Sociologia no ensino médio? Que elementos constituintes do ensino de Sociologia podem ser identificados como alavancas para a disseminação deste ódio? Que grupos ou classes sociais se engajam na proliferação do ódio à Sociologia, assim como, quais suas intencionalidades políticas?

Este artigo de discussão teórica objetiva analisar a política de ódio direcionada ao ensino de Sociologia na educação básica tomando, como espaço social de argumentação, a sociedade brasileira no contexto recente de: desconfiança e condição precária curricular das discussões sociológicas em sala de aula, bem como a luta pela sobrevivência da Sociologia engendrada recentemente devido às reformulações exigidas pela atual BNCC e reforma do ensino médio; e a proliferação de discursos anti-intelectuais, negacionistas, neofascistas e moralistas, capitaneados, principalmente, pelo movimento Escola Sem Partido<sup>1</sup> que, embora tenha sofrido derrotas recentes no Supremo Tribunal Federal, ainda existem projetos de lei em tramitação.

## METODOLOGIA

Esse artigo de revisão bibliográfica foi constituído a partir da análise teórica de artigos científicos, livros e artigos de opinião acerca da reforma do ensino médio, as peculiaridades do ensino de Sociologia no Brasil e os possíveis impactos da atual contrarreforma para o referido ensino em tempos de ofensivas neofascistas, autoritárias e anticientificista que demarcam de certa maneira a sociedade brasileira.

---

1 Criado em 2004, apresenta-se como movimento e iniciativa de estudantes e pais contra a doutrinação político-ideológica das escolas brasileiras. Tem como objetivo visibilizar os fins políticos, ideológicos e partidários do ensino no país. Atua, através de um site, veiculando denúncias, ideias e atos de vigilância e criminalização contra ao que seus adeptos denominam “práticas de doutrinação” (ALGEBAILLE, 2017, p.64).

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

O ensino das Ciências Sociais – Antropologia, Sociologia e Ciência Política – é materializado no currículo do ensino médio brasileiro, através da disciplina de Sociologia, que foi incluída devido às suas potencialidades em colaborar no alcance dos objetivos elencados pela LDB. Enquanto disciplina obrigatória, a Sociologia é marcada por intermitências neste currículo cuja recente reintrodução ocorreu no ano de 2008. Tais fatores causam a pouca tradição da Sociologia enquanto componente curricular, além de vulnerabilizá-la e deixá-la pouco conhecida. Este cenário aliado às disputas relativas ao modelo educacional neoliberal e aos ‘movimentos’ anti-intelectuais disseminados no Brasil atual, fomentam a persistência sobre o questionamento da importância do ensino de Sociologia na educação básica (BODART; FEIJÓ, 2020).

Como artefato cultural, o currículo pode distribuir, de maneira desigual, a vulnerabilidade de determinados componentes curriculares, epistemologias, sujeitos docentes, ideologias específicas, corporeidades e determinadas práticas pedagógicas. Neste sentido, tomando como referência o conceito de vulnerabilidade trabalhado pela filósofa norte-americana Judith Butler (2006), o ensino de Sociologia, seus professore(a)s e defensore(a)s partilham, especialmente no contexto sociocultural brasileiro recente, de uma maior exposição à diversas formas de violência politicamente organizada.

A intermitência curricular da Sociologia e a recente ofensiva que desestabiliza uma temporária obrigatoriedade, iniciada em 2008, revelam também a “condição precária”<sup>2</sup> deste componente curricular na educação básica do país. A Sociologia no ensino médio brasileiro possui uma “condição politicamente induzida” (BUTLER,

---

2 Butler aciona o conceito de precariedade para refletir sobre a “condição compartilhada da vida humana (na verdade, como uma condição que une animais humanos e não humanos)” (BUTLER, 2016, p.30). Para a filósofa, a precariedade não é um efeito do reconhecimento e nem a única forma de induzi-lo e sugere diferenciar tal conceito de outro: a “condição precária”: “a condição politicamente induzida na qual populações sofrem com redes sociais e econômicas de apoio deficientes e ficam expostas de forma diferenciada às violações, à violência e à morte” (BUTLER, 2016, p. 46). Utilizo este conceito para diferenciar o tipo de reconhecimento que a Sociologia possui no currículo brasileiro ao longo da história do ensino médio.

2016) na qual sofre pela deficiência de apoio e fica exposta às formas diferenciadas de violações, exclusões, políticas de ódio e criminalização, especialmente das políticas neoliberais e dos agentes escolares nos Estados e municípios da contemporaneidade.

A “condição precária” da Sociologia no Brasil, induzida politicamente, revela que esta disciplina é marcada pela luta por reconhecimento curricular que, em determinados períodos históricos, sua importância é performativamente defendida por políticas educacionais específicas e, em outros, sua descartabilidade é considerada importante para que determinados processos formativos sejam bem sucedidos.

O(a)s professore(a)s de Sociologia, assim como a maioria dos docentes brasileiros, possuem baixos salários e buscam aumentar sua jornada de trabalho para conseguirem complementação de seus rendimentos. Entretanto, a Sociologia possui uma reduzida carga horária no currículo que acarreta a composição da jornada de trabalho docente em diferentes escolas e horários (LENNERT, 2011) e, inclusive, disciplinas consideradas afins tais como História, Geografia e Filosofia, principalmente. Esta situação prejudica o ensino, porque não existe tempo disponibilizado para estudos e planejamentos, e dificulta o reconhecimento docente em alguma escola que trabalha, devido ao seu trânsito em várias escolas (LENNERT, 2011).

Na Sociologia escolar, a falta de tempo para planejamento torna-se relevante “[...] pela carência de indicações e conteúdos mínimos, material pedagógico e métodos de ensino consolidados” (BODART; SAMPAIO SILVA, 2016, p.182). A grande quantidade de aulas que o(a) docente de Sociologia leciona semanalmente [devido a reduzida carga horária em cada turma] e a dificuldade de planejar levam o(a) professor(a) a se apoiar quase exclusivamente no livro didático, quando tem acesso ao mesmo. Além disso, a “subvalorização” curricular da Sociologia vem acompanhada pela falta de reconhecimento de sua importância tanto dos demais docentes de cada escola quanto do(a)s estudantes, em sua maioria (BODART; SAMPAIO SILVA, 2016).

A pergunta sobre a importância da Sociologia no processo básico educacional nem sempre representa uma possibilidade de reconhecer a potencialidade dessa disciplina e diminuir a sua

“condição precária”. Em tempos neoliberais, essa persistente pergunta pode atuar retoricamente para o processo de desqualificação da Sociologia enquanto “conhecimento útil” para uma sociedade de indivíduos enquanto “empresas de si mesmo” (DARDOT; LAVAL, 2016) em busca por suas autossuficiências.

A lógica neoliberal em educação reivindica a utilidade como critério de valorização ou reconhecimento dos conhecimentos, dos saberes e dos conteúdos disciplinares. Em uma sociedade capitalista marcada por fileiras de desempregado(a)s e desalentado(a)s, a educação se resumiu em escolarização instrumental como meio de oportunizar possíveis ocupações aos sujeitos formados. Neste contexto, todas as disciplinas são convocadas a expressar sua utilidade prática nesse processo de contribuir para a empregabilidade da mão de obra no mundo capital. Cada conhecimento e/ou saber disciplinar precisará demonstrar em termos de “competências e habilidades” a sua legitimidade curricular e sua importância no processo educacional como um todo. Até neste cenário, a Sociologia se torna útil, pois contribui para o bom desempenho do(a)s estudantes no Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM – principal forma de acesso ao ensino superior no Brasil.

Amurabi Oliveira (2013) ressalta que historicamente quando a sociologia se apresentou como disciplina abstrata, elitista, distante da realidade discente e direcionada à formação de dirigentes, ela foi valorizada no currículo escolar. Quando a Sociologia se ocupa do debate político, das questões culturais e sociais, em uma aproximação com a realidade do(a)s estudantes, ela passa a ser considerada descartável cujo ensino poderia ser efetivado por outras disciplinas, de maneira interdisciplinar, e por outros docentes sem a formação específica. De certa maneira, Oliveira especifica um cenário que a reformulação curricular contemporânea balizada pela BNCC reivindica para a Sociologia através do performativo “estudos e práticas”.

Flávia Schilling (2002) destaca que a Sociologia é um campo de saber “[...] perigoso por ‘criar problemas’ e em perigo pois em sua profunda relação com a atualidade que não cessa de criticar-se e de lidar com o novo, atuando nos interstícios das demais ciências, [...]”, ela se pensa e ao mesmo tempo reflete sobre a realidade social (SCHILLING, 2002, p.190). Neste sentido, a Sociologia em relação às demais ciências e principalmente em sua relação íntima com o senso

comum é um campo de saber vulnerável desde o seu surgimento e em constante perigo de precariedade induzida devido à sua natureza de crítica incessante: “pode-se pensar a sociologia como um território instável, por momentos colonizado, por momentos conseguindo propor novas perspectivas” (SCHILLING, 2002, p.190).

A função da Sociologia na formação de jovens e adolescentes depende da definição histórica do tipo de escola, de ensino médio e de currículo (Silva, 2007). Se levarmos em consideração que a reprodução da escola brasileira é geralmente marcada pela perspectiva educacional acrítica da instrução técnica, pelo isolamento curricular entre as disciplinas, pelo eurocentrismo, heteronormatividade, racismo e outros, a disciplina Sociologia, enquanto espaço curricular de estranhamento e desnaturalização das realidades sociais, pode não ter sentido frente às recentes definições de políticas e práticas curriculares. E, além disso, a Sociologia pode colaborar na materialização do contrário: “[...] uma pedagogia capaz de superar uma educação tecnicista, voltada exclusivamente para a formação de técnicos reprodutores de tarefas” (BODART; FEIJÓ, 2020, p.40).

Levando em consideração os documentos que regulamentam a educação brasileira, bem como o currículo nacional – a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), as Diretrizes Curriculares para o Ensino Médio (DCNEM) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) – o ensino de Sociologia contribui para o alcance dos objetivos educacionais requeridos nestes documentos oficiais. Por exemplo, quando as DCNEM (2018) elencam os princípios fundamentais para este nível de ensino, a Sociologia possibilita (BODART; FEIJÓ, 2020):

São estudos relativos à constituição e à importância dos direitos humanos, com diversas perspectivas teórico-metodológicas que desvelam os sistemas produtivos e suas características, bem como a perspectiva dialógica dentre diversos contextos que podem auxiliar o jovem estudante a compreender, de forma ampla, a realidade a qual está submetido (BODART; FEIJÓ, 2020, p.25).

A Sociologia contribui na compreensão discente acerca das relações sociais e das instituições, necessário para a inclusão no mercado de trabalho, através da abordagem sobre as diversas

dimensões da sociedade contemporânea. Esta disciplina fomenta um senso de valorização da coletividade, em um contexto de aumento do individualismo na sociedade ocidental do presente, e de valorização da ação política, especialmente desacreditada devido aos casos de corrupção crescentes. Estas potencialidades da Sociologia corroboram para uma educação que valoriza a democracia (BODART; FEIJÓ, 2020).

O ensino de Sociologia possibilita a superação da interpretação limitada e estática dos fenômenos sociais percebidos pelo(a)s estudantes e os convida para interpretar estes fenômenos buscando a compreensão das suas motivações e dos seus impactos nas vidas particulares de cada indivíduo, bem como na coletividade. Assim, o conhecimento sociológico se revela em um instrumento importante de emancipação social, pois contribui para o reconhecimento da posição ocupada pelo(a)s estudantes no mundo social e dos seus direitos, em um processo de despertar para a importância de suas falas ao compreender as lutas que objetivam definir as “verdades” (BODART; FEIJÓ, 2020).

Temas como movimentos sociais, cidadania, desigualdade social, Estado, políticas públicas tratadas à luz dos conhecimentos sociológicos são fundamentais para o desenvolvimento da valorização do bem comum e da coletividade, assim como importantes para a emancipação social e, conseqüentemente, do país (BODART; FEIJÓ, 2020, p.30).

A Sociologia também contribui para o (auto) reconhecimento discente de suas identidades sociais. Através da abordagem de temas como gênero, raça, direitos humanos, preconceito, tolerância, cultura, classe social, etnia e grupos sociais, o(a)s estudantes se (auto) reconhecem e reconhecem o outro em um processo fundamental para a valorização da tolerância e do respeito às diferenças e às diversidades, processo este destacado como princípio fundamental de todos níveis de ensino pelas DCNEM (2018). Além disso, o ensino desta disciplina colabora na garantia dos direitos humanos universais, bem como o seu reconhecimento e compreensão (BODART; FEIJÓ, 2020).

A peculiaridade das Ciências Sociais pode ser destacada pelo fato de que constantemente repensa suas formas de explicação e

teorias focalizando a produção de novas interpretações do mundo social em movimento e transformação. A Sociologia no ensino médio torna-se insubstituível devido a estas particularidades e aos seus conhecimentos que resultam de teorias, métodos específicos, conceitos e perspectivas cujo rigor permite elucidar dimensões da sociedade que não constituem como objetos centrais de estudos de outras áreas de conhecimento como por exemplo a História e a Geografia. As especificidades metodológicas, teóricas e epistemológicas concorrem para que esta disciplina não possa ser diluída em outras disciplinas através de “estudos” e “práticas” como preconiza a Lei nº 13.415/2017 de reforma do ensino médio brasileiro. Embora seja possível o diálogo da Sociologia com as outras ciências, esta diluição não representaria um ensino dos conhecimentos sociológicos (BODART; FEIJÓ, 2020).

As razões apontadas acima para a manutenção da Sociologia enquanto componente curricular obrigatório se vinculam à materialização de uma educação crítica, política e emancipatória. Não obstante, se levarmos em consideração que a educação hegemônica no Brasil e no mundo está aliada à ideologia neoliberal, é compreensível que todos esses fatores de importância do ensino da Sociologia sejam ressignificados como inúteis, perigosos e ameaçadores para determinados fins mercantis, reprodutores, instrucionais, autoritários ou fascizantes dos processos educacionais dominantes.

Quando a Sociologia escapa, em sua tarefa de crítica incessante, à colonização da classe dominante, que atualmente pode ser representada pela lógica neoliberal, ou quando aponta perspectivas de transformação social, ela passa a simbolizar um perigo para esta classe e, portanto, a sua legitimidade nos currículos escolares e universitários precisa ser incorporada primeiramente em uma atmosfera de desconfiança e pânico social, e posteriormente como alvo a ser eliminado através, por exemplo, de reformas e políticas educacionais, ou de políticas de ódio, como presenciamos no Brasil contemporâneo.

O cenário político dos últimos anos vem afetando negativamente a educação pública e o ensino de Sociologia no Brasil. Os constantes ataques à Universidade Pública e à pesquisa nas Ciências Humanas e Sociais dos governos Michel Temer (2016–2018) e Jair

Bolsonaro (2019–atual) e de seus Ministros da Educação, enfraquecem [ou tentam eliminar] os avanços recentes que a Sociologia Escolar obteve através de programas e políticas educacionais tais como: o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) que distribuiu, gratuitamente, nas três edições – 2012, 2015 e 2018 – livros didáticos de Sociologia em todo país; o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), que disponibilizou vagas aos formandos em licenciaturas com objetivo de propiciar a relação entre teoria e prática docente no ambiente escolar; a Residência Pedagógica (RP) e o Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional (PROFSOCIO), como estimulador da formação continuada de docentes de Sociologia ou que atuam nesta disciplina na educação básica e possuem outras formações ( CIGALES; BODART, 2020).

Além da desconfiança atribuída à Sociologia Escolar, assim como às Ciências Humanas como um todo na atualidade, em relação à sua utilidade imediata ou econômica tanto para a sociedade quanto para a formação dos indivíduos, ela ainda enfrenta marcações de estereótipos e disseminação de informações falsas. Dentre as acusações direcionadas a esta disciplina estão a defesa de criminosos, de ilegalidades e a suposta função de ideologização pela esquerda que está associada ao feminismo, ao comunismo e à correntes políticas outras (BODART; FEIJÓ, 2020):

Essas associações decorrem, basicamente, de três situações: a) desconhecimento; b) dificuldade de as pessoas diferenciarem “explicação” de “justificação” e; c) incômodo por ver que a disciplina preza pela democracia social e política, o que é, para parte da elite, uma ameaça ao status quo (BODART; FEIJÓ, 2020, p.21).

As ofensivas contra a presença da Sociologia no currículo, além das ações para inviabilizar o ensino desta disciplina em sala de aula, como por exemplo, a sua reduzida carga horária, expressam um cenário marcado pela resistência às transformações da ordem social vigente e pelo desconhecimento que operam através da disseminação de inverdades sobre o ensino de Sociologia (BODART; FEIJÓ, 2020).

Em um contexto atravessado pela intensificação de discursos anticientificistas, negacionistas, profascistas, autoritários e anti-democráticos, o ódio torna-se um afeto organizador de coletivos e ajuntamentos sociais que buscam desqualificar e eliminar determinadas ideias, práticas sociais, componentes curriculares, projetos de sociedade e de educação que são considerados dissidentes em relação às normatividades sociais vigentes arbitrariamente selecionadas. Neste cenário, poderíamos afirmar que o status social da disciplina de Sociologia Escolar também é afetado: da desconfiança e do medo, esta disciplina passa a ser um alvo desse ódio politicamente direcionado e interessado.

O ódio, na atualidade brasileira e mundial, parece se constituir no principal dispositivo para ação política e definição das subjetividades humanas. Como objeto de estudo, o ódio é um problema central para as Ciências Humanas e Sociais na atualidade, haja vista os crescentes movimentos de proliferação desse sentimento nas hodiernas manifestações coletivas em vários países notadamente em contextos culturais localizados. Determinados grupos sociais, com destaque auxílio das redes sociais, liderados principalmente por espectros da extrema-direita em sua ascensão recente, utilizam o ódio para materializar suas pautas políticas e desqualificar todas as outras agendas democráticas e de reconhecimento das diversidades sociais e humanas na arena pública contemporânea.

O ódio é relacionado a emoções negativas e intensas, assim como o nojo, a raiva e o desprezo, a partir do julgamento do outro como um ser detestável e malvado (Bernal, 2017). Ao se referir à filosofia de Hegel, Fleig (2008) enfatiza o encontro da alteridade como a base diversa e particular de estruturação do sujeito, do fato social, e possivelmente da emergência do ódio. Assim, no encontro com o Outro, dentre os afetos veiculados, o ódio pode ser um ingrediente principal que pode resultar na eliminação desse Outro.

O ódio existe nos indivíduos e não pode ser eliminado dos seus corpos. Entretanto, Lebrun (2008) sugere diferenciar o ódio e o "gozo do ódio", ou seja, "[...] a satisfação que se pode tirar do fato de concentrar o ódio naquele que está encarregado do lugar de exceção e não o direcionar para o vazio no Outro. O assassinato e a violência são formas visíveis de gozar de seu ódio" (LEBRUN, 2008, p.12).

Para Lebrun (2008), o ódio “é um fato de estrutura”. Para além de uma manifestação explosiva de violência, o ódio existe porque falamos<sup>3</sup>. Retomando a afirmação de Freud de que o indivíduo é o inimigo da civilização, este psicanalista defende que o ódio é a resposta individual a limitação que a civilização impõe: “[...] sempre um gozo a menos, uma falta, uma restrição, [...]” (LEBRUN, 2008, 9).

Se o ódio habita os indivíduos e não há possibilidade de fazer uma economia do ódio ou o seu desbaraçamento, e sim uma evitação do gozo, nos termos de Lebrun (2008), então o ódio sempre será utilizado politicamente para inúmeras finalidades, não através de uma fabricação inusitada desta emoção negativa, mas sim por meio de dispositivos que, ao acionarem ódios alicerçados em medos, pânicos e preconceitos específicos, objetivam o “gozo do ódio”. Neste contexto, podemos questionar até que ponto as ideologias fascistas, por exemplo, podem ser classificadas como políticas de disseminação do “gozo do ódio” contra determinados grupos sociais, ideologias e práticas sociais específicas.

Este afeto negativo pode ser analisado como um discurso e uma política racionalmente construída ao longo das histórias das culturas por determinados grupos sociais para alcançar objetivos sociais específicos. Na busca por segurança no ódio sentido, os indivíduos podem conduzir o (a)s outro(a)s pares a odiarem juntos com eles ou elas. Nesse compartilhamento do ódio, há um reforço da autoestima do(a)s odiadore(a)s que o(a)s impedem de raciocinarem sobre suas próprias inseguranças (BERNAL, 2017).

Dentre as fontes de emergência do ódio, Bernal cita os preconceitos historicamente enraizados em determinadas culturas, assim como as ideologias que, pela via da doutrinação, objetivam perpetuar determinados ódios. Líderes religiosos ou políticos, os meios de comunicação e as redes sociais, especialmente, podem ser considerados, atualmente, as principais desencadeadoras do ódio coletivo (BERNAL, 2017).

---

3 Para Lebrun, apenas falamos através de palavras que vem do outro e por isso estamos, primeiramente, constrangidos pela linguagem que vem do outro sempre. Assim, o ódio emerge pelo fato de falarmos “[...] porque nós o alojamos em cada um de nós, no próprio movimento de nos reconhecermos capazes de fala. Porque falar é também colocar o outro em si, reconhecê-lo ali, revelá-lo como inscrito no coração de nosso ser!” (LEBRUN, 2008, p. 15).

Ao contrário do que defende Lebrun (2008) que na atualidade existem novas formas de evitar o ódio tais como quartos individuais com televisão e laços conjugais temporários, que impedem de maneira antecipada o conflito advindo do encontro com o outro, a política de ódio contemporânea reivindica o encontro com o “outro-alvo” para que o conflito seja instaurado e possa levar à desqualificação, à precarização e, em última instância, à eliminação simbólica ou física desses “outro-alvos”.

A política de ódio, enquanto conjunto de dispositivos de proliferação do “gozo do ódio” endereçado, pode ser estruturada por diversas técnicas discursivas e comunicacionais. A disseminação de fofocas, de negacionismos, notícias falsas e discursos de ódio perfazem algumas destas técnicas que são particularmente utilizadas nas redes sociais pela possibilidade de alcance e determinada liberdade de produção dos conteúdos e compartilhamentos.

Os discursos de ódio são requeridos socialmente para atuarem como dispositivos de controle e/ou apagamento social através de “[...] palavras que tendem a insultar, intimidar ou assediar pessoas em virtude de sua raça, cor, etnicidade, nacionalidade, sexo ou religião, ou que tem capacidade de instigar violência, ódio ou discriminação contra tais pessoas” (BRUGGER, 2007, p.118). Sinteticamente, dentro dessa argumentação, o ódio em relação aos conhecimentos sociológicos precisa ser proliferado para justificar violentamente a manutenção da ordem social perpetrada pelo(a)s odiadore(a)s e borrar as potencialidades transformadoras que tais conhecimentos possuem.

O ódio circulado discursivamente, neste sentido, encontra na Sociologia um espaço curricular que pode contribuir para o reconhecimento e a valorização de determinados projetos societários e das diversidades e diferenças consideradas como ameaças ao status quo. Assim, “[...] o discurso de ódio também é empregado para perseguir, insultar e justificar a privação dos direitos humanos [...]” (EZEQUIEL; CIOCCARI, 2017, p. 33). O que está em jogo, nesta política de ódio, é o direito a uma educação pública plural, de reconhecimento das possibilidades de compreensão e interpretação dos fenômenos sociais e das potencialidades formativas de reconhecimento e valorização das diversidades e das diferenças sociais e individuais que a Sociologia intensifica.

As políticas de ódio e de disseminação da desconfiança ou medo em relação à Sociologia se referem, principalmente, a uma das possibilidades de pensar da Sociologia, destacada por Flávia Schilling (2002): ela permite a percepção dos acontecimentos para além da rapidez, da aparência e do que se mostra como 'transparente' (SCHILLING, 2002, p.191). A persistente pergunta sobre a importância da Sociologia Escolar, em uma sociedade neoliberal, não apenas busca desqualificar esse componente curricular, mas também aciona um discurso de não utilidade em razão do medo que determinados grupos sociais possuem sobre a potencialidade desta disciplina na formação dos sujeitos e na transformação da realidade concreta, pois:

É certo que uma disciplina que desvela as relações de dominação, evidencia a exclusão social e política e destaca os verdadeiros motivos de sua existência, acaba incomodando uma parcela da sociedade; justamente aquela que tem meios para difundir de forma massiva informações falsas ou imprecisas. Assim, são dois os principais grupos que criticam a Sociologia e que a ela se opõem: o grupo dos ignorantes (desconhecedores) e o grupo dos que – conscientemente – a enxergam como ameaça aos seus privilégios (BODART; FEIJÓ, 2020, p.21).

Uma constatação fundamental para a política de ódio contemporânea contra o ensino de Sociologia na educação básica se deve ao fato de que a inexistência de "Ciências Sociais fortes" deixa os cidadãos "totalmente desprovidos face a todos os provedores (produtores ou difusores) de ideologia, multiplicados ao longo das últimas décadas numa sociedade na qual o lugar do simbólico (ou seja do trabalho sobre as representações) é consideravelmente apagado" (LAHIRE, 2014, p.50). Em um contexto social marcado pelo crescimento de "especialistas da comunicação política" ou melhor de 'manipulação política', de jornalistas, pesquisadores, "quase cientistas", retóricos e de "sofistas dos tempos modernos" torna-se "[...] imprescindível transmitir, o mais racionalmente possível e para o maior número de pessoas, os meios de decifrar e de contestar os discursos de ilusão sobre o mundo social" (LAHIRE, 2014, p.50). A

necessidade histórica do ensino de Sociologia no ensino médio se deve ao fato de que:

Essa ciência se construiu historicamente contra as naturalizações dos produtos da história; contra todas as formas de etnocentrismo fundadas sobre a ignô- rância do ponto de vista (particular) que temos sobre o mundo; contra as mentiras deliberadas ou involuntárias sobre o mundo social. Por essa razão, ela me parece de primordial importância no âmbito da cidade democrática moderna (LAHIRE, 2014, p.57).

O ódio político contra a Sociologia na educação básica pode ser explicado também como uma reação à sua potencialidade de formar cidadãos que compreendam o mundo social em que estão inseridos, se valorizem e se reconhecem, respeitem as diferenças e se interessem pelos fenômenos coletivos em um processo de atuação na sociedade a partir de seus contextos sociais específicos (BODART; FEIJÓ, 2020).

O “Escola Sem Partido” ameaça a vivência social e a escola pública enquanto locus de formação humana cujos valores da liberdade, democracia e respeito à diversidade são balizares. Ele possui um sentido político-ideológico autoritário que se mantém na criminalização do conhecimento histórico e da formação humana relevantes à classe trabalhadora e que se sustenta pelas atitudes de ódio e intolerância direcionadas aos movimentos sociais, notadamente das mulheres, negro(a)s e população LGBT (FRIGOTTO, 2017, p. 18).

A pedagogia do medo é o objetivo do “Escola Sem Partido” que focaliza principalmente as Ciências Sociais e Humanas, pois a vertente principal de combate desse movimento é a suposta doutrinação ideológica e partidária. As temáticas sociais e políticas pertencentes ao currículo do ensino de Sociologia passam a ser não apenas alvo de denúncia como também de ódio. Em outros termos, a existência da Sociologia enquanto disciplina curricular ou através de “estudos e práticas”, neste cenário, precisa ser aniquilada. Se o ensino de Sociologia não é autorizado a refletir sobre os problemas sociais, as temáticas consideradas “polêmicas” e sobre os processos de construção das relações sociais, de poder e controle ideológico que estruturam as sociedades como um todo, qual será então a

função pedagógica desta disciplina, se a criticidade social remete à gênese da Sociologia e das Ciências Sociais enquanto campos de construção científica e constitui a sua especificidade e importância enquanto área de conhecimento e componente curricular na formação básica dos sujeitos? Geralmente, a finalidade pedagógica dos componentes curriculares na educação neoliberal, heteronormativa, racista, autoritária e colonial, defendida pelo “Escola Sem Partido” e pelos movimentos anti-intelectuais e neofascistas, é a reprodução social e cultural. Neste sentido, a Sociologia enquanto reflexão crítica das relações sociais perde sua “utilidade” e importância.

Sendo assim, o ódio contra a Sociologia, justificado pelo atual contexto de avanço de discursos negacionistas, anticientificistas, neofascistas e moralistas, constitui em uma política para eliminar não apenas a disciplina Sociologia do currículo, mas também as possibilidades sobre as quais as movimentações pedagógicas vinculadas aos conhecimentos sociológicos possam vir a operar em tempos de reformulação curricular vinculadas às adequações para atender a BNCC.

Este ódio direcionado à Sociologia e às Ciências Sociais e Humanas como um todo, também se relaciona a uma das razões apontadas por Gaudêncio Frigotto (2017) para a realização do golpe de 2016: a saber, os relativos avanços na educação pública fomentadora de uma “leitura autônoma da realidade social, econômica, cultural e política do país”. E, não apenas, como parece objetivar a atual reforma do ensino médio e a BNCC, um adestramento do ensino às determinações do mercado (FRIGOTTO, 2017): competências, habilidades e aprendizagens que permitam a adequação discente ao mundo do consumo mercantil e do trabalho precário, desregulamentado, flexível, desumano das ocupações temporárias.

O “Escola Sem Partido” enquanto operador político contemporâneo do ódio contra o ensino de Sociologia incita a delação como técnica de ódio contra docentes e contra qualquer política e prática curricular que seja marcada pela pluralidade de ideias e pelo confronto crítico. Neste cenário, a Sociologia torna-se alvo privilegiado desta política e da vigilância de seus delatore(a)s. Agora, a família que outrora estava quase ausente da formação escolar, adentra na sala de aula com seu autoritarismo de definir, a partir de suas moralidades, o percurso não apenas da educação, mas também do

patrimônio cultural humano em sua diversidade e pluralidade. Em última instância, a política de ódio às Ciências Sociais e Humanas tentam eliminar talvez o único canal curricular por onde a diversidade, a diferença e os direitos humanos possuem relevância e visibilidade enquanto pressupostos epistemológicos.

A política de ódio contra Sociologia e, por extensividade, às Ciências Sociais e Humanas tendo como operador político contemporâneo no Brasil, o “Escola Sem Partido”, assim como os discursos do astrólogo Olavo de Carvalho, de outros youtubers e representantes políticos, é marcada pela busca de desqualificar e/ou eliminar não apenas os espaços curriculares da escola e da Universidade que permitem a circulação plural de ideias, pensamentos e discussões sociopolíticas, mas também pelo objetivo de insultar, des-reconhecer e anular a existência de educadore(a)s, debatedore(a)s e aprendizes desta pluralidade que ferem e se contrapõem, nos termos de Frigotto(2017), à definição de ciência e de conhecimentos válidos selecionados por essa política de ódio.

Se outrora, as classes dominantes e os grupos conservadores e moralistas desconfiavam da Sociologia como uma ameaça no tocante à transformação social, desconstrução das estruturas sociais de dominação, violência e discriminação social, agora, com o avanço do negacionismo, fundamentalismo de mercado e religioso, anticientificismo e neofascismos, esta disciplina passa a ser considerada um inimigo comum a ser eliminado. E para tanto, os discursos de ódio, notadamente veiculados pelas redes sociais e as políticas de delação, perseguição, insulto e criminalização docente, especialmente fomentadas nos arautos do “Escola sem partido”, constituem o que convencionamos chamar neste trabalho de política de ódio contemporâneo contra a Sociologia na educação básica.

A política de ódio contra a Sociologia aproveitou o contexto histórico de constante desconfiança e desqualificação da presença curricular desta disciplina para implementar o medo, a raiva e o ódio como operadores políticos para intensificar a exclusão da Sociologia sob uma justificativa moral e política alimentada em um contexto sociocultural de discursos fundamentalistas, extremistas e autoritários. Além disso, este ódio político emergiu, principalmente, quando o discurso supostamente “técnico” da “utilidade” da lógica neoliberal para deslegitimar a Sociologia Escolar já estava perdendo

visibilidade devido às constatações sociais e investigativas sobre o valor “útil” deste componente curricular para a reprodução de uma sociedade de mercado que busca supostamente preparar uma força de trabalho multifacetada e atenta às tendências capitalistas globais.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A intermitência curricular da Sociologia na educação básica não apenas representa a desconfiança deste componente sobre as suas potencialidades de crítica e de transformação social como também as tentativas de sua exclusão devido a sua capacidade de desobedecer aos objetivos educacionais de reprodução social e cultural.

Na arena política de disputa por pertencimento curricular, a Sociologia sempre foi perseguida pelo questionamento de sua “utilidade” ou importância para a formação básica do(a)s estudantes. A repetição desta pergunta expressa um performativo retórico da perspectiva educacional reprodutora do status quo que visa fomentar uma atmosfera social de desconfiança, medo ou desqualificação dos conhecimentos sociológicos na construção e materialização dos currículos escolares e inclusive universitários.

Historicamente, professore(a)s e intelectuais vêm tentando responder essa pergunta em um movimento de luta pela permanência da Sociologia no currículo da educação básica. Entretanto, este processo de tentar explicar a presença desta disciplina tanto pode fomentar o conhecimento e o reconhecimento do seu valor formativo – combatendo a desinformação e os preconceitos disseminados pela política de ódio contra esta disciplina – como também representa um risco político no sentido de que, em negociação pela sobrevivência curricular, a Sociologia possa se ajustar às condições mínimas requeridas por determinado modelo educacional e, conseqüentemente, perder o seu potencial crítico de desnaturalização as estruturas de poder e dominação social que, inclusive, exigem constantemente que este componente curricular explique e justifique sua presença no currículo escolar.

Na tarefa incessante de explicitação da sua “utilidade”, a Sociologia é considerada, por exemplo, como disciplina que melhora

o desempenho acadêmico do(a)s estudantes na escrita das redações do ENEM, além de contribuir na resolução dos testes de outras disciplinas. Sua “utilidade” também se justifica por contribuir na realização dos objetivos educacionais dos documentos oficiais que regulamentam a educação brasileira tais como a LDB, as DCEN e até mesmo a atual BNCC, como salienta a argumentação de Bodart e Feijó (2020).

Para além desta discussão, que não deixa de ser crucial para o reconhecimento da Sociologia no currículo brasileiro, principalmente no atual cenário social brasileiro e mundial, é necessário desconstruir esta pergunta retórica sobre a “utilidade” ou importância deste componente curricular, ou até mesmo, inverter a questão: por que sempre se questiona a importância da Sociologia na educação básica? A tentativa de responder à pergunta sobre a “utilidade” da Sociologia Escolar pode ser justificada pela existência de desconhecimento sobre a potencialidade deste componente para a formação discente. Entretanto, insistir nesse processo de responder constantemente, mesmo diante de inúmeras constatações empíricas advindas de pesquisas e relatos docentes sobre o valor deste componente curricular, impossibilita uma análise crítica das finalidades políticas de circulação desta pergunta, assim como maximiza a vulnerabilidade da Sociologia em um processo curricular de intensa discriminação, medo, desconfiança, desqualificação e, em última instância, de ódio político, alimentado principalmente pela disseminação de estereótipos, desinformação e falseamento sobre os seus objetivos educacionais.

A política de ódio contra a Sociologia parece ser alavancada a partir do momento em que a desqualificação deste componente curricular operada, de certa forma, pelo questionamento de sua “utilidade” na formação discente vai perdendo sentido devido à legitimidade das respostas que foram se acumulando ao longo do tempo através das inúmeras pesquisas e relatos de experiência docente. Neste sentido, a Sociologia passa do status de disciplina inútil e desconfiável para se tornar uma ameaça à formação e à ordenação social vigente. Embora que essa consideração de ameaça já existisse e, inclusive pudesse ser considerada analiticamente como um dos fatores para a intermitência curricular desta disciplina, esse status de ameaça e medo, que alimenta a política de ódio contra a

Sociologia, é impulsionado, nos últimos anos, em uma confluência com outros fenômenos sociais contemporâneos tais como o avanço dos fundamentalismos religioso e de mercado, das correntes neofascistas e negacionistas e das agendas discursivas de grupos de extrema-direita, notadamente veiculada através das redes sociais.

Devido às suas potencialidades críticas, a Sociologia Escolar é marcada historicamente pela luta por sobrevivência curricular. Este cenário de disputa pode ser acionado para justificar tanto a desconfiança quanto as pretensas políticas de ódio a serem disseminadas com intuito de excluir este componente disciplinar, precarizá-lo ou, minimamente, posicioná-lo em uma instabilidade permanente que, possivelmente vai requerer que professore(a)s e intelectuais engajado(a)s continuem respondendo a persistente questão retórica curricular: para que serve a Sociologia na educação básica?!

## REFERÊNCIAS

ALGEBAILLE, Eveline. Escola sem Partido: o que é, como age, para que serve. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). **Escola “sem” partido**: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, p. 63-74, 2017.

BERNAL, Ignacio Morgado. O que é o ódio? Por acaso tem cura?. In: **El País**, tribuna, 16 dec 2017. Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2017/12/12/ciencia/1513073061\\_342064.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2017/12/12/ciencia/1513073061_342064.html). Acesso em: 17 fev, 2020.

BODART, Cristiano das Neves; AZEVEDO, Gustavo Cravo de; TAVARES, Caio dos Santos. Ensino de Sociologia: processo de reintrodução no Ensino Médio brasileiro e os cursos de Ciências Sociais/Sociologia (1984-2008). **Debates em Educação**, Maceió, v. 12, n. 27, p. 214-235, jun. 2020. ISSN 2175-6600. Disponível em: <<https://www.seer.ufal.br/index.php/debateseducacao/article/view/8964>>. Acesso em: 04 set. 2020.

BODART, Cristiano das Neves; FEIJÓ, Fernanda. A importância da sociologia escolar: esclarecimentos necessários em tempo de obscurantismo. In: BODART, Cristiano das Neves; ROGÉRIO, Radamés

de Mesquita (org.). **A importância do ensino das Ciências Humanas: Sociologia, Filosofia, História e Geografia**. 1. ed. Maceió, AL: Editora Café com Sociologia, p.19-47, 2020.

BODART, Cristiano das Neves; SAMPAIO SILVA, R. O perfil do professor brasileiro de sociologia do ensino médio e sua percepção da condição docente. **Revista Inter-Legere**, v. 1, n. 18, p. 168-189, 17 nov. 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/interlegere/article/view/10820>. Acesso em 09 dez. 2020.

BRUGGER, Winfried. Proibição ou proteção do discurso do ódio? Algumas observações sobre o direito alemão e o americano. Trad. Maria Angela Jardim de Santa Cruz Oliveira. **Revista de Direito Público**, v. 15 n. 117, jan./mar. 2007. Disponível em: <https://www.portaldeperiodicos.idp.edu.br/direitopublico/article/view/1418/884>. Acesso em: 18 fev. 2020.

BUTLER, Judith. **Quadros de guerra**: quando a vida é passível de luto. Trad. Sérgio Lamarão e Arnaldo Marques da Cunha. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

\_\_\_\_\_. **Vida precária**: el poder del duelo y la violencia. Trad. Fermín Rodríguez. 1.ed. Barcelona, Buenos Aires, México: Paidós, 2006.

CIGALES, Marcelo; BODART, Cristiano das Neves. O que ler sobre o ensino de Sociologia no Brasil? In: CIGALES, Marcelo; BODART, Cristiano das Neves. **Pensar a Educação em Revista**: Dossiê O ensino de Sociologia no Brasil. Florianópolis/Belo Horizonte, ano 5, vol.5, n. 4, dez.19/fev.20, 2020. Disponível em: < <http://pensaraeducacaoemrevista.com.br/>>. Acessado em: 01 mai. 2020.

DARDOT, Pierre.; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. Trad. Mariana Echalar. São Paulo: Editora Boitempo, 2016.

EZEQUIEL, Vanderlei de Castro; CIOCCARI, Deysi. Discurso de ódio na política contemporânea: Trump venceu!. **C&S** – São Bernardo do Campo, v. 39, n. 3, p. 229-50, set./dez. 2017. Disponível em: <<https://>

[www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/CSO/article/view/7802/6096](http://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/CSO/article/view/7802/6096). Acesso em: 12 nov, 2020.

FLEIG, Mario. Apresentação. In: LEBRUN, J. P. **O futuro do ódio**. Porto Alegre: CMC, 2008.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A gênese das teses do Escola sem Partido: esfinge e ovo da serpente que ameaçam a sociedade e a educação. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). **Escola "sem" partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, p.17-34, 2017.

LAHIRE, Bernard. Viver e interpretar o mundo social: para que serve o ensino da Sociologia? **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, v. 45, n. 1, p. 45-61, jan/jun 2014. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/revcienso/article/view/2418> . Acesso 07 set. 2020.

LEBRUN, Jean-Pierre. **O futuro do ódio**. tradução João Fernando Chapadeiro Corrêa. Porto Alegre: CMC, 2008.

LENNERT, Ana Lúcia. Condições de trabalho do professor de Sociologia. Cafajeste. **CEDES**, Campinas, v. 31, n. 85, pág. 383-403, dezembro de 2011. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-32622011000300005&lng=en&nr=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32622011000300005&lng=en&nr=iso)>. Acesso em 06 de dez. 2020.

OLIVEIRA, Amurabi. <b>Revisitando a história do ensino de Sociologia na Educação Básica</b>; - doi: 10.4025/actascieduc.v35i2.20222. **Acta Scientiarum. Education**, v. 35, n. 2, p. 179-189, 15 jul. 2013. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciEduc/article/view/20222/pdf> . Acesso em: 07 set. 2020.

SCHILLING, F. A sociologia na modernidade radical: quem tem medo da incerteza?. **Revista USP**, n. 54, p. 187-192, 30 ago. 2002. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/35241/37962> . Acesso em: 07 set. 2020.

SILVA, I. F. A sociologia no ensino médio: os desafios institucionais e epistemológicos para a consolidação da disciplina, **Cronos**, Natal-RN, v. 8, n. 2, p. 403-427, jul./dez, 2007. Disponível em: [https://periodicos.ufrn.br/cronos/article/view/1844/pdf\\_60](https://periodicos.ufrn.br/cronos/article/view/1844/pdf_60) . Acesso em 08 set. 2020.